



# **CEJAM**

**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
"DR. JOÃO AMORIM"**

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017**

### **Consolidação**

Matriz (Mantenedora)  
Organização Social – São Paulo  
Escola de Saúde  
Organização Social – Embu das Artes  
Gestão Saúde – Taboão da Serra  
Organização Social – Hospital Municipal M´Boi Mirim  
Instituto de Responsabilidade Social  
Organização Social – Mogi das Cruzes  
Organização Social – Rio de Janeiro  
Organização Social – Arujá  
Centro de Diagnósticos por Imagem  
Organização Social - Poá

## ÍNDICE

	Página(s)
Balanço Patrimonial	2
Demonstração dos Resultados	3
Demonstração das Mutações Patrimoniais	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 20

**BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE				ATIVIDADES DE SAÚDE				2016	
	2017		2016		2017		2016			
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE		
<b>ATIVO</b>										
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>										
(4) Caixa e Fundo Fixo de Caixa	2.999,00	4.640,00	479,92	-	8.118,92	1.568,21	-	1.524,91	-	3.093,12
(5) Bancos - Contas Movimento	24.207.012,16	-	10.360,71	322,46	24.217.695,33	120.642,97	10,00	1.940,38	332,46	122.925,81
(6) Bancos - Aplicações Financeiras	49.989.595,07	57.049,95	17.043.976,14	24.220,07	67.114.841,23	33.086.555,41	129.079,57	14.573.784,72	27.265,93	47.816.685,63
Adiantamentos a Fornecedores	224.885,92	-	-	-	224.885,92	268.870,37	-	740,00	-	269.610,37
(7) Adiantamentos a Empregados	4.845.141,89	2.881,25	5.046,51	3.314,50	4.856.384,15	4.066.774,58	-	18.848,91	6.369,87	4.091.993,36
Adiantamentos para Despesas	7.989,72	200,00	322,00	232,13	8.743,85	5.566,79	133,53	277,10	21,30	5.998,72
Impostos Recuperáveis	81.075,36	-	-	913,16	81.988,52	2.865,18	-	211,92	-	12.528,70
(8) Créditos com Convênios	5.050.570,35	90.723,64	59.637,52	58.341,87	5.108.912,22	31.499.732,26	-	58.543,94	-	31.499.732,26
(9) Outros Créditos	-	-	-	113.616,04	263.977,20	260.571,55	-	-	-	422.591,86
(10) Estoques	2.193.860,26	-	-	-	2.193.860,26	2.528.499,18	-	-	-	2.528.499,18
Reservas para Contingências	22.091.489,25	-	-	-	22.091.489,25	24.142.077,93	-	-	-	24.142.077,93
(11) Despesas Antecipadas	160.738,85	-	-	-	160.738,85	126.449,37	-	-	-	126.449,37
	108.855.357,83	155.494,84	17.119.822,80	200.960,23	126.331.635,70	96.110.173,80	187.084,12	14.655.871,88	89.056,51	111.042.186,31
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>										
(9) Realizável a Longo Prazo	-	-	1.301.893,11	-	1.301.893,11	-	-	1.301.893,11	-	1.301.893,11
(12) Imobilizado	19.507.913,53	-	6.132.709,48	453.948,65	26.094.571,66	24.479.338,76	-	6.163.407,79	454.000,76	31.096.747,31
Imobilizações em Andamento	-	-	-	-	-	-	-	167.413,20	-	167.413,20
(13) Intangível	381.714,27	-	141.809,05	243,96	523.767,28	731.907,31	-	20.524,13	3.667,40	756.098,84
	19.889.627,80	-	7.576.411,64	454.192,61	27.970.232,05	25.211.246,07	-	7.653.238,23	457.668,16	33.322.152,46
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>128.744.985,63</b>	<b>155.494,84</b>	<b>24.696.234,44</b>	<b>655.152,84</b>	<b>154.251.867,75</b>	<b>121.321.419,87</b>	<b>187.084,12</b>	<b>22.309.110,11</b>	<b>546.724,67</b>	<b>144.364.338,77</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>										
Fornecedores	11.324.367,56	-	237.602,69	43.929,01	11.605.899,26	10.881.259,47	-	223.555,89	29.771,85	11.134.587,21
(14) Obrigações Trabalhistas	27.199.805,33	5.831,28	149.832,54	21.501,71	27.376.970,86	24.927.564,60	-	124.016,38	22.213,33	25.073.794,31
Obrigações Sociais e Fiscais	17.002.445,51	1.562,81	120.646,98	13.725,74	17.138.381,04	15.880.602,36	-	107.634,41	11.104,54	15.999.341,31
(15) Empréstimos Bancários	9.159.918,12	-	-	-	9.159.918,12	9.081.683,07	-	-	-	9.081.683,07
(16) Contas a Pagar	6.565.175,70	320,86	89.210,72	11.391,40	6.666.098,68	4.301.406,85	-	322.011,78	1.081,03	4.624.499,66
Provisões para Férias e Encargos	49.434.752,32	12.864,94	350.630,41	43.965,03	49.842.212,70	44.420.484,95	-	249.659,31	48.826,84	44.718.971,10
(17) Provisões para Contingências	2.699.045,88	-	284.115,90	-	2.983.161,78	2.525.036,52	-	284.115,90	-	2.809.152,42
	123.385.510,42	20.579,89	1.232.039,24	134.512,89	124.772.642,44	112.018.037,82	-	1.310.993,67	112.997,59	113.442.029,08
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>										
(17) Provisões para Contingências	322.210,84	-	-	-	322.210,84	502.710,84	-	-	-	502.710,84
(16) Contas a Pagar	1.301.893,11	-	-	-	1.301.893,11	1.301.893,11	-	-	-	1.301.893,11
(18) Bens Públicos em nosso poder	19.889.627,80	-	-	-	19.889.627,80	25.211.246,07	-	-	-	25.211.246,07
	21.513.731,75	-	-	-	21.513.731,75	27.015.850,02	-	-	-	27.015.850,02
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>										
Patrimônio Social	(17.712.467,97)	187.084,12	20.998.116,44	433.727,08	3.906.459,67	(94.049.884,40)	8.269,18	19.077.424,75	507.241,73	(14.456.948,74)
Superávit / (Déficit) do Exercício	2.413.542,12	1.255.849,70	787.244,94	(397.602,87)	4.059.033,89	17.054.452,80	713.626,72	858.209,06	(262.880,17)	18.363.408,41
Transferências Patrimoniais	(855.330,69)	(1.308.018,87)	1.678.833,82	484.515,74	(855.330,69)	(717.036,37)	-	1.062.482,63	189.365,52	-
	(16.154.256,54)	134.914,95	23.464.195,20	520.639,95	7.965.493,56	(17.712.467,97)	187.084,12	20.998.116,44	433.727,08	3.906.459,67
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>128.744.985,63</b>	<b>155.494,84</b>	<b>24.696.234,44</b>	<b>655.152,84</b>	<b>154.251.867,75</b>	<b>121.321.419,87</b>	<b>187.084,12</b>	<b>22.309.110,11</b>	<b>546.724,67</b>	<b>144.364.338,77</b>



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(em Reais)

NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE				ATIVIDADES DE SAÚDE				2016	
	2017		2017		2016		2016			
	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE	GESTÃO PÚBLICA	GESTÃO PRÓPRIA	PROMOÇÃO EM SAÚDE	FORMAÇÃO EM SAÚDE		
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>762.860.535,96</b>	<b>2.501.455,62</b>	<b>6.750.911,27</b>	<b>958.597,83</b>	<b>773.071.500,68</b>	<b>735.738.625,08</b>	<b>2.082.051,25</b>	<b>6.047.062,47</b>	<b>735.860,14</b>	<b>744.603.598,94</b>
Contratos de Gestão e Convênios (19)	761.297.132,57	-	-	-	761.297.132,57	746.486.742,93	-	-	-	746.486.742,93
Serviços Próprios de Saúde	-	1.338.496,12	-	-	1.338.496,12	-	1.433.081,45	-	-	1.433.081,45
Promoção Assistencial em Saúde	-	1.162.959,50	-	-	1.162.959,50	-	648.969,80	-	-	648.969,80
Responsabilidade Social	-	-	6.750.911,27	-	6.750.911,27	-	-	6.047.062,47	-	6.047.062,47
Cursos Profissionalizantes	-	-	-	958.597,83	958.597,83	-	-	-	735.860,14	735.860,14
Realização de Bens Públicos em nosso poder	3.377.311,80	-	-	-	3.377.311,80	3.556.560,39	-	-	-	3.556.560,39
(-) Repasse Destinado à Aquisições do Imobilizado	(493.393,22)	-	-	-	(493.393,22)	(3.009.813,64)	-	-	-	(3.009.813,64)
(-) Realocação Financeira	(215.030,48)	-	-	-	(215.030,48)	(4.992.169,06)	-	-	-	(4.992.169,06)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios	(1.105.484,71)	-	-	-	(1.105.484,71)	(6.302.695,54)	-	-	-	(6.302.695,54)
<b>CUSTOS</b>	<b>(743.657.271,05)</b>	<b>(1.241.879,67)</b>	<b>(6.655.834,42)</b>	<b>(1.114.800,05)</b>	<b>(752.669.785,19)</b>	<b>(700.428.694,43)</b>	<b>(707.420,71)</b>	<b>(6.371.083,82)</b>	<b>(773.740,01)</b>	<b>(708.280.938,97)</b>
Despesas com Pessoal (21)	(595.012.328,35)	(35.242,48)	(3.521.740,29)	(587.188,60)	(599.156.499,72)	(551.847.799,89)	-	(2.875.063,14)	(508.550,89)	(555.231.413,92)
Serviços Terceirizados (22)	(112.706.730,71)	(9,30)	(2.726.928,46)	(348.253,61)	(115.781.922,08)	(109.985.581,04)	(25.301,61)	(3.026.294,40)	(167.455,62)	(113.204.632,67)
Medicamentos e Materiais de Consumo (23)	(35.938.211,99)	(43.668,39)	(407.165,67)	(179.357,84)	(36.568.403,89)	(38.595.313,50)	(33.149,30)	(469.726,28)	(97.733,50)	(39.195.922,58)
Assistência Gratuita Prestada em Saúde (27)	-	(1.162.959,50)	-	-	(1.162.959,50)	-	(648.969,80)	-	-	(648.969,80)
Isenção Usufruída (30)	129.127.228,18	3.973,84	685.993,08	152.122,40	129.969.317,50	120.481.489,43	-	601.937,93	126.485,91	121.209.913,27
(-) Custo da Isenção Usufruída (30)	(129.127.228,18)	(3.973,84)	(685.993,08)	(152.122,40)	(129.969.317,50)	(120.481.489,43)	-	(601.937,93)	(126.485,91)	(121.209.913,27)
<b>(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) BRUTO</b>	<b>19.203.264,91</b>	<b>1.259.575,95</b>	<b>95.076,85</b>	<b>(156.202,22)</b>	<b>20.401.715,49</b>	<b>35.309.930,65</b>	<b>1.374.630,54</b>	<b>(324.021,35)</b>	<b>(37.879,87)</b>	<b>36.322.659,97</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>(22.435.091,30)</b>	<b>(2.206,72)</b>	<b>(2.905.022,59)</b>	<b>(233.125,28)</b>	<b>(25.575.445,89)</b>	<b>(25.082.594,29)</b>	<b>(4.364,50)</b>	<b>(3.328.313,48)</b>	<b>(221.986,31)</b>	<b>(28.637.258,58)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições	(663.433,98)	-	(178.934,66)	(2.624,86)	(847.200,22)	(591.547,21)	(2.970,62)	(495.549,37)	(2.407,06)	(1.092.474,26)
Despesas Gerais (24)	(21.497.928,58)	-	(2.726.087,93)	(230.500,42)	(24.454.516,93)	(23.088.648,66)	(1.393,88)	(2.832.764,11)	(219.579,25)	(26.142.385,90)
Provisões para Contingências	(273.728,74)	-	-	-	(273.728,74)	(1.402.398,42)	-	-	-	(1.402.398,42)
<b>OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>968.368,75</b>	<b>-</b>	<b>2.187.180,36</b>	<b>2,00</b>	<b>3.155.551,11</b>	<b>1.410.261,58</b>	<b>0,01</b>	<b>2.116.307,33</b>	<b>1.308,45</b>	<b>3.527.877,37</b>
Despesas com Doações e Auxílios	-	-	(83.688,87)	-	(83.688,87)	-	-	(21.200,00)	-	(21.200,00)
Receitas com Doações	223.822,61	-	156.658,45	-	380.481,06	253.427,82	-	115.716,56	-	369.144,38
Outras Receitas	744.546,14	-	2.114.210,78	2,00	2.858.758,92	1.156.833,76	0,01	2.021.790,77	1.308,45	3.179.932,99
<b>TRABALHO VOLUNTÁRIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.545,23</b>	<b>33.792,00</b>	<b>-</b>	<b>54.813,13</b>	<b>-</b>	<b>88.605,13</b>
Receitas do Trabalho Voluntário (2.e/25)	-	-	69.545,23	-	69.545,23	33.792,00	-	54.813,13	-	88.605,13
(-) Custos com Serviço Voluntário (2.e/25)	-	-	(69.545,23)	-	(69.545,23)	-	-	(54.813,13)	-	(88.605,13)
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS</b>	<b>(2.263.457,64)</b>	<b>1.257.369,23</b>	<b>(622.765,38)</b>	<b>(389.325,50)</b>	<b>(2.018.179,29)</b>	<b>11.637.597,94</b>	<b>1.370.266,05</b>	<b>(1.536.027,50)</b>	<b>(258.557,73)</b>	<b>11.213.278,76</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>4.676.999,76</b>	<b>(1.519,53)</b>	<b>1.410.010,32</b>	<b>(8.277,37)</b>	<b>6.077.213,18</b>	<b>5.416.854,86</b>	<b>2.516,25</b>	<b>1.735.080,98</b>	<b>(4.322,44)</b>	<b>7.150.129,65</b>
Receitas Financeiras	6.377.059,74	1.635,28	1.422.110,91	1.112,88	7.801.918,81	7.353.009,02	3.529,61	1.775.715,62	2.604,20	9.134.858,45
Despesas Financeiras	(1.700.059,98)	(3.154,81)	(12.100,59)	(9.390,25)	(1.724.705,63)	(1.936.154,16)	(1.013,36)	(40.634,64)	(6.926,64)	(1.984.728,80)
<b>(=) SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.413.542,12</b>	<b>1.255.849,70</b>	<b>787.244,94</b>	<b>(397.602,87)</b>	<b>4.059.033,89</b>	<b>17.054.452,80</b>	<b>1.372.782,30</b>	<b>199.053,48</b>	<b>(262.880,17)</b>	<b>18.363.408,41</b>



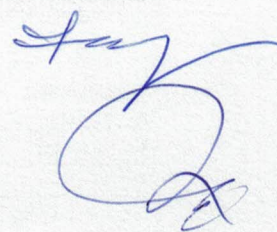
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Ajustes Patrimoniais	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>(4.346.674,91)</b>	<b>12.968.686,88</b>	<b>(23.078.960,71)</b>	<b>(14.456.948,74)</b>
Incorporação do Superávit	12.968.686,88	(12.968.686,88)	-	-
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais	(23.078.960,71)	-	23.078.960,71	-
Superávit do Exercício	-	18.363.408,41	-	18.363.408,41
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(14.456.948,74)</b>	<b>18.363.408,41</b>	<b>-</b>	<b>3.906.459,67</b>
Incorporação do Superávit	18.363.408,41	(18.363.408,41)	-	-
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais	-	-	-	-
Superávit do Exercício	-	4.059.033,89	-	4.059.033,89
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>3.906.459,67</b>	<b>4.059.033,89</b>	<b>-</b>	<b>7.965.493,56</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(em Reais)**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit do Exercício	4.059.033,89	18.363.408,41
Depreciação	643.307,42	605.001,88
<b>(Aumento) Redução do Ativo</b>		
Adiantamentos a Fornecedores	44.724,45	44.546,62
Adiantamentos a Empregados	(764.390,79)	(387.814,14)
Adiantamentos para Despesas	(2.745,13)	271,11
Impostos Recuperáveis	(69.459,82)	6.521,93
Créditos com Convênios	26.390.820,04	18.012.245,93
Outros Créditos	2.209.203,34	(21.427.814,80)
Estoques	334.638,92	28.364,41
Despesas Antecipadas	(34.289,48)	27.349,78
Realizável a Longo Prazo	-	(1.189.936,83)
<b>Aumento (Redução) do Passivo</b>		
Fornecedores	471.312,05	134.768,58
Obrigações Trabalhistas	2.303.176,55	950.101,37
Obrigações Sociais e Fiscais	1.139.039,73	1.297.578,65
Provisões para Férias e Encargos	5.123.241,60	3.478.913,56
Provisão para Contingências	(6.490,64)	632.597,78
Outras Obrigações	2.041.599,02	(2.027.997,06)
<b>Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>43.882.721,15</b>	<b>18.548.107,18</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	492.918,04	3.009.813,64
Aquisição de Imob/Intang. Próprio	(563.005,28)	(90.527,79)
Imobilizações em Andamento	-	(167.413,20)
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento</b>	<b>(70.087,24)</b>	<b>2.751.872,65</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	(492.918,04)	(3.009.813,64)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	78.235,05	(11.363.582,39)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	84,90
<b>Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento</b>	<b>(414.682,99)</b>	<b>(14.373.311,13)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>43.397.950,92</b>	<b>6.926.668,70</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	47.942.704,56	41.016.035,86
Disponibilidades no Final do Exercício	91.340.655,48	47.942.704,56
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>43.397.950,92</b>	<b>6.926.668,70</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(em Reais)**

---

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

---

O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Bertiooga e Rio de Janeiro.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Arujá, Poá e Rio de Janeiro. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Vivaleite", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social CEJAM.

Em 07 de fevereiro de 2008 foi celebrado o contrato de gestão entre a Prefeitura Municipal de São Paulo, o CEJAM e a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein – SBIBHAE, para o gerenciamento do Hospital M'Boi Mirim – Dr.Moisés Deutsch.

A Entidade, para fazer frente aos déficits e passivo a descoberto de determinados projetos, vem buscando a manutenção e repactuação das parcerias municipais, bem como, ações para a redução de seus custos, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.



---

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

### 2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

### 2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

### 2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### 2.e) Trabalho voluntário:

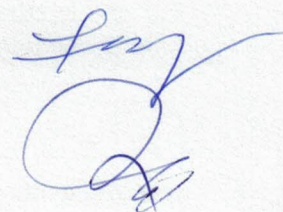
Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a Entidade efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se substancialmente ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores (respectivamente despesa e receita no mesmo montante).

---

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

---

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.





### 3.a) Instrumentos financeiros:

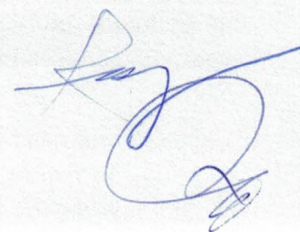
- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016.

### 3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

### 3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2017 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2016. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Construções: 25 anos;
  - Instalações: 10 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos;
  - Veículos: 5 anos;
  - Biblioteca: 10 anos;
  - Benfeitorias: 25 anos.



### 3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

### 3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

### 3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.g) Patrimônio social:

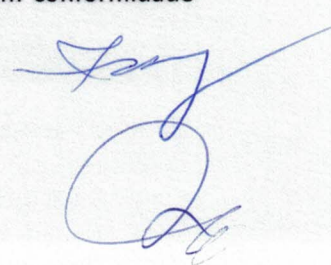
Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

### 3.h) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão, convênios e respectivos termos aditivos das Secretarias Municipais de Saúde, doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

### 3.i) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



### 3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

### 3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

## 4. CAIXA E FUNDO FIXO DE CAIXA

	2017	2016
<b>BENS NUMERÁRIOS</b>		
Caixa	5.108,55	1.292,04
Fundo Fixo	3.010,37	1.801,08
	<b>8.118,92</b>	<b>3.093,12</b>

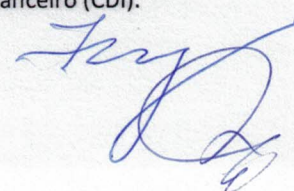
## 5. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2017	2016
<b>BANCOS - CONTA MOVIMENTO</b>		
Banco do Brasil S.A.	6.510.409,42	4.125,71
Banco Santander (Brasil) S.A.	17.695.468,54	5.344,53
Banco Bradesco S.A.	11.465,69	113.452,49
Banco Safra S.A.	351,68	3,08
	<b>24.217.695,33</b>	<b>122.925,81</b>

## 6. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2017	2016
<b>BANCOS - CONTA APLICAÇÕES</b>		
Banco do Brasil S.A.	6.469.300,23	708.058,48
Banco Santander (Brasil) S.A.	35.095.460,10	26.135.007,84
Banco Bradesco S.A.	24.534.759,72	20.120.013,23
Banco Itaú S.A.	389,99	375,36
Banco Safra S.A.	1.014.931,19	853.230,72
	<b>67.114.841,23</b>	<b>47.816.685,63</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).



**7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

	2017	2016
<b>ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS</b>		
Adiantamentos de Férias	4.355.352,42	4.074.839,91
Outros Adiantamentos	501.031,73	17.153,45
	<b>4.856.384,15</b>	<b>4.091.993,36</b>

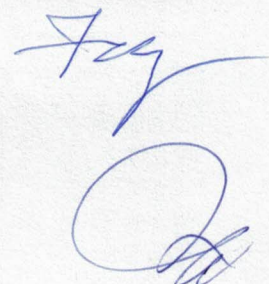
**8. CRÉDITOS COM CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO**

	2017	2016
<b>CRÉDITOS COM CONTRATO DE GESTÃO E CONVÊNIO</b>		
PMSP - Contrato 003/2007 (PROREHOSP)	97.478,02	-
PMSP Contrato 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	2.140.893,82	27.368.048,97
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (Atenção Básica)	-	885.018,60
Pref. Mun. de Embu das Artes - Conv. 2436/2009 (Vigilância em Saúde)	-	82.649,94
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 042/2014 (UBS 24H)	94.776,00	299.831,26
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes - Contrato 045/2014 (ESF)	15.824,76	200.000,00
Pref. Mun. de Arujá – Contrato de Gestão 2385/2012	-	1.314.713,70
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2016	1.817.320,95	1.349.469,79
Pref. Mun. de Poá – Termo de Colaboração	884.276,80	-
Convênios da área Educacional	58.341,87	-
	<b>5.108.912,22</b>	<b>31.499.732,26</b>

**9. OUTROS CRÉDITOS**

<b>OUTROS CRÉDITOS (CIRCULANTE)</b>	2017	2016
Aluguéis a Receber	59.437,76	58.543,94
Adiantamento de Aluguel	-	8.400,00
CEJAM – Hosp. Mun. M'Boi Mirim (Materias)	-	247.171,55
Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes	80.454,37	57.861,02
Depósitos Vinculados ou Restituíveis	-	5.000,00
Créditos de Alunos a Receber	113.616,04	45.615,35
Créditos com Operadoras de Cartões a Receber	10.269,27	-
Valores em Pendência a Regularizar	199,76	-
	<b>263.977,20</b>	<b>422.591,86</b>

<b>OUTROS CRÉDITOS (NÃO CIRCULANTE)</b>	2017	2016
CEJAM – PSF Taboão da Serra (intercompany)	1.301.893,11	1.301.893,11
	<b>1.301.893,11</b>	<b>1.301.893,11</b>



**10. ESTOQUES**

	2017	2016
<b>ESTOQUES</b>		
Medicamentos	809.701,67	1.030.966,98
Materiais de Uso dos Pacientes	1.006.145,94	1.024.547,91
Gêneros Alimentícios	116.913,51	145.721,64
Impressos e Materiais de Expediente	26.210,65	59.575,34
Produtos de Limpeza	56.016,28	85.960,41
Materiais de Manutenção	61.826,22	64.827,22
Rouparia	24.676,15	24.158,56
Outros Materiais de Consumo	92.369,84	92.741,12
	<b>2.193.860,26</b>	<b>2.528.499,18</b>

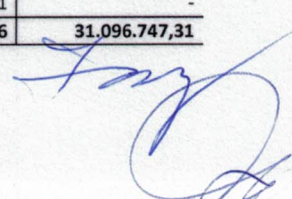
**11. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS**

Prudentemente, a entidade constituiu reserva para contingências para dar cobertura a fatos extraordinários previsíveis, tais como desmobilização de pessoal por conta de término de contrato de gestão. Tal reserva é mantida em instituição bancária de primeira linha, em conta de aplicação financeira atrelada ao CDI.

	2017	2016
<b>RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS</b>		
Banco Santander (Brasil) S.A.	22.091.489,25	24.142.077,93
	<b>22.091.489,25</b>	<b>24.142.077,93</b>

**12. IMOBILIZADO**

Descrição	Taxa Depr.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Residual 2017	Residual 2016
Terrenos	-	375.000,00	-	375.000,00	375.000,00
Construções	4%	5.630.000,00	(1.708.744,13)	3.921.255,87	4.146.455,91
Instalações	10%	56.415,27	(47.648,37)	8.766,90	10.945,71
Máquinas e Equipamentos	10%	404.527,15	(189.051,31)	215.475,84	192.988,03
Equipamentos de Uso Médico	10%	2.192.378,51	(1.369.668,98)	822.709,53	893.075,24
Equipamentos de Informática	20%	627.849,89	(551.639,09)	76.210,80	87.363,49
Móveis e Utensílios	10%	1.008.173,69	(642.700,80)	365.472,89	379.687,69
Veículos	20%	329.568,65	(187.023,74)	142.544,91	48.363,48
Biblioteca	10%	8.063,36	(8.063,36)	-	-
Benfeitorias	4%	827.037,11	(167.815,72)	659.221,39	483.529,00
Bens de Gestão Pública Prefeituras					
São Paulo - Organização Social		20.227.360,34	(10.923.007,57)	9.304.352,77	10.287.980,63
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		26.010.007,05	(21.087.966,54)	4.922.040,51	7.062.504,06
Embu das Artes (SP)		64.433,79	(50.271,94)	14.161,85	19.681,21
Taboão da Serra (SP)		146.134,23	(138.724,87)	7.409,36	10.279,25
Mogi das Cruzes (SP)		335.350,58	(174.227,14)	161.123,44	195.981,84
Arujá (SP)		96.224,72	(41.996,87)	54.227,85	64.368,96
Rio de Janeiro (RJ)		9.286.084,50	(4.256.082,46)	5.030.002,04	6.838.542,81
Poá (SP)		15.732,00	(1.136,29)	14.595,71	-
		<b>67.640.340,84</b>	<b>(41.545.769,18)</b>	<b>26.094.571,66</b>	<b>31.096.747,31</b>



Conforme preceituado em contratos e convênios firmados entre o CEJAM e Secretarias Municipais de Saúde, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos de gestão e convênios é de uso exclusivo e de propriedade das Secretarias Municipais de Saúde.

**13. INTANGÍVEL**

Descrição	Taxa Amort	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Residual 2017	Residual 2016
Direitos de Uso de Sistemas	20%	393.753,27	255.055,99	138.697,28	20.835,80
Outros Direitos de Uso	-	1.561,72	-	1.561,72	1.561,72
Marcas e Patentes		1.794,01	-	1.794,01	1.794,01
Direitos de Gestão Pública Prefeitura					
São Paulo – Organização Social		325.277,82	289.278,60	35.999,22	66.650,88
São Paulo - Hosp. Mun. M'Boi Mirim		1.889.325,54	1.810.673,67	78.651,87	99.083,28
Mogi das Cruzes (SP)		4.740,64	4.452,45	288,19	971,10
Rio de Janeiro (RJ)		694.716,35	427.941,36	266.774,99	565.202,05
		<b>3.311.169,35</b>	<b>2.787.402,07</b>	<b>523.767,28</b>	<b>756.098,84</b>

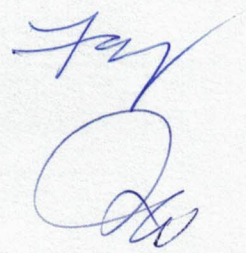
**14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2017	2016
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>		
Salários a Pagar	27.182.162,05	24.824.958,19
Rescisões a Pagar	127.316,82	187.633,14
Pensões Alimentícias a Pagar	67.491,99	61.202,98
	<b>27.376.970,86</b>	<b>25.073.794,31</b>

**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	2017	2016
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>		
Banco Bradesco S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	1.716.892,39	1.000.083,90
Banco Santander S.A. (Conta Garantida/Capital de Giro)	7.443.025,73	8.081.599,17
	<b>9.159.918,12</b>	<b>9.081.683,07</b>

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente, além do CDI, de a 0,54% a.m. para o Bradesco e 0,55% a.m. para o Santander.



**16. CONTAS A PAGAR**

<b>CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE)</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Eletropaulo – Hospital Mun. M'Boi Mirim	129.777,06	-
Light – OS Rio de Janeiro	1.359.901,60	393.804,67
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos	749.703,54	88.363,86
Sabesp – Hospital Mun. M'Boi Mirim	118.686,38	-
PMSP (devolução repasse encerr. convênio)	2.396.716,09	2.396.716,09
Adiantamentos PMSP – Hospital M'Boi Mirim	144.633,95	216.600,47
Aluguéis a Pagar	232.717,30	247.873,30
Empréstimo Consignado	833.529,31	736.662,96
Plano de Previdência Privada	142.977,53	117.219,53
Outras Contas a Pagar	557.455,92	427.258,78
	<b>6.666.098,68</b>	<b>4.624.499,66</b>

<b>CONTAS A PAGAR (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
CEJAM – PSF Taboão da Serra (intercompany)	1.301.893,11	1.301.893,11
	<b>1.301.893,11</b>	<b>1.301.893,11</b>

Sob a rubrica "intercompany" encontra-se o socorro financeiro efetuado no ano de 2011 pela mantenedora para cobrir dívidas da filial Taboão da Serra, no montante de R\$ 1.301.893,11, demonstrado em contrapartida na nota explicativa nº 9 como crédito a receber da matriz junto à filial, e de filial junto à filial, respectivamente.

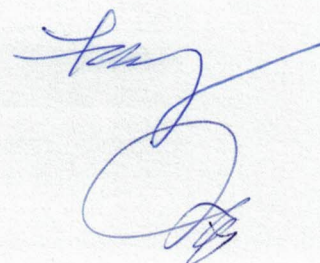
**17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

<b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CIRCULANTE)</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisões para Contingências Tributárias	85.796,86	85.796,86
Provisões para Contingências Trabalhistas	2.695.403,77	2.521.394,41
Provisões para Contingências Cíveis	201.961,15	201.961,15
	<b>2.983.161,78</b>	<b>2.809.152,42</b>

<b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (NÃO CIRCULANTE)</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Provisões para Contingências Trabalhistas	322.210,84	502.710,84
	<b>322.210,84</b>	<b>502.710,84</b>

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.



As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.

A entidade figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R\$ 11.490.829,89 (em 2016 R\$ 7.093.663,49), sem provisão contábil constituída, estando assim distribuídos:

<b>PROCESSOS COM PERDA POSSÍVEL</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
De natureza Trabalhista	9.941.344,25	5.090.259,82
De natureza Cível	1.549.485,64	2.003.403,67
	<b>11.490.829,89</b>	<b>7.093.663,49</b>

#### 18. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 19.889.627,80 em 2017 e R\$ 25.211.246,07 em 2016, refere-se aos valores recebidos das Secretarias Municipais de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos aos municípios quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

#### 19. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>RECEITAS COM CONTRATOS GESTÃO E CONVÊNIOS</b>		
PMSP – Contrato de Gestão 003/2007 (PROREHOSP)	15.358.797,44	13.357.774,11
PMSP - Contrato 006/2015 (Jardim Angela/Capão Redondo)	350.095.114,98	346.778.224,14
PMSP – Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	90.206.500,28	82.804.283,60
PMSP – Contrato de Gestão 004/2008 (Hosp. Municipal M'Boi Mirim)	157.608.698,15	154.620.976,96
Pref. Mun. de Embu – Convênio 2080/2003 (Programas e Projetos)	4.208.046,16	13.185.948,89
Pref. Mun. de Embu – Contrato de Gestão 030/2017 (Atenção Básica)	6.220.292,98	-
Pref. Mun. de Embu – Contrato de Gestão 030/2017 (Vigilância em Saúde)	392.173,55	-
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 042/2014 (UBS 24H)	17.936.074,59	16.861.903,21
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 045/2014 (ESF)	21.505.026,83	18.971.925,25
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 016/2012 (Única)	1.231.345,05	5.608.759,17
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 042/2012 (EACS)	1.036.082,90	2.572.343,76
Pref. Mun. de Mogi das Cruzes – Contrato de Gestão 030/2017 (EACS)	1.865.628,54	-
Pref. Mun. de Arujá – Contrato de Gestão 2385/2012	18.560.664,00	26.239.801,50
Pref. Mun. do Rio de Janeiro – Contrato de Gestão 037/2015	65.495.818,75	65.484.802,34
Pref. Mun. da Estância Hidromineral de Poá – Termo de Colaboração	9.576.868,37	-
	<b>761.297.132,57</b>	<b>746.486.742,93</b>





**20. RESULTADO FINANCEIRO**

	2017	2016
<b>RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.453.045,57	9.027.324,04
Descontos Obtidos	348.484,11	41.950,13
Juros e Atualizações Monetárias	389,13	65.584,28
(-) Tarifas Bancárias	(174.561,41)	(178.023,13)
(-) Juros Bancários	(1.152.482,19)	(1.693.160,78)
(-) Juros sobre Financiamentos	-	(31.835,02)
(-) Juros a Fornecedores	(77.851,43)	(6.393,27)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(319.803,83)	(62.726,72)
(-) Imposto sobre Aplicações Financeiras	(6,77)	(12.571,50)
(-) Imposto sobre Operações Financeiras	-	(18,38)
	<b>6.077.213,18</b>	<b>7.150.129,65</b>

**21. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

	2017	2016
<b>RECURSOS HUMANOS</b>		
Remunerações	512.407.055,91	473.381.357,29
Benefícios	39.757.969,85	35.735.387,22
Encargos Sociais	46.991.473,96	46.114.669,41
	<b>599.156.499,72</b>	<b>555.231.413,92</b>

**22. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

	2017	2016
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>		
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	111.106.527,80	109.427.331,03
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	4.651.478,95	3.757.105,94
Bolsistas e Estagiários	23.915,33	20.195,70
	<b>115.781.922,08</b>	<b>113.204.632,67</b>

**23. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAS DE CONSUMO**

	2017	2016
<b>MEDICAMENTOS E MATERIAIS</b>		
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	24.130.873,99	25.419.863,63
Materiais de Consumo	7.714.243,73	9.024.497,05
Materiais de Conservação	1.780.782,23	2.022.370,12
Outros Materiais	2.942.503,94	2.729.191,78
	<b>36.568.403,89</b>	<b>39.195.922,58</b>



**24. DESPESAS GERAIS**

	2017	2016
<b>DESPESAS GERAIS</b>		
Contas de Consumo (água, luz, telefone e gás)	8.720.739,18	8.866.898,76
Aluguéis (imóveis, veículos, equipamentos e aparelhos)	9.133.436,97	8.516.840,86
Administrativas	687.052,75	694.540,40
Publicidade	131.032,33	205.264,81
Eventos	302.865,21	524.238,89
Reformas e Benfeitorias	42.480,00	1.941.507,26
Bens não Imobilizados	444.753,52	286.447,04
Depreciações e Amortizações	4.030.332,46	4.161.619,78
Outras Despesas Gerais	961.824,51	945.028,10
	<b>24.454.516,93</b>	<b>26.142.385,90</b>

**25. TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1)**

A Entidade utilizou como parâmetro para determinação de valores do trabalho voluntário recebido, a execução de trabalho não remunerado por parte de sua diretoria estatutária em reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria, bem como demais trabalhos prestados voluntariamente por terceiros. Durante o exercício de 2017 foi registrado um total de 557 horas valoradas ao montante de R\$ 69.545,23.

**26. COBERTURA DE SEGUROS**

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

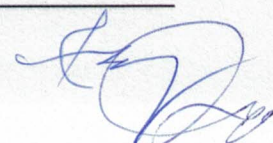
**27. SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS GRATUITAMENTE**

A Entidade, mantém com recursos próprios, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com o objetivo de prestar serviço ambulatorial gratuito através de consulta médica, de enfermagem, exames de imagem e atendimento de serviço social.

O custo da prestação dos serviços ambulatoriais foi reconhecido pelo valor justo, respeitando-se as práticas de preços populares. Durante o exercício de 2017 o custo estimado com os atendimentos ambulatoriais feitos de forma gratuita foi de R\$ 1.162.959,50 (em 2016 R\$ 648.969,80) e assim está registrado como se tivesse ocorrido o recebimento e desembolso financeiro.

Os resultados alcançados foram os seguintes:

ASSISTÊNCIA GRATUITA À SAÚDE	NÚMERO DE BENEFICIADOS	
	2017	2016
<b>PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL DA MULHER</b>		
Consultas e atendimentos	5.495	3.455
Promoção à saúde e prevenção de doença	18.579	16.793
Procedimentos	9.702	8.460
Exames de Imagem (Ultrassonografia)	131	-



---

28. **ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

---

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

---

29. **CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

---

O CEJAM, através da Portaria nº 1.109, de 08 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 2016, em consideração à Nota Técnica nº 107/2016-CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.115009/2015-25/MS, possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 29 de novembro de 2015, que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

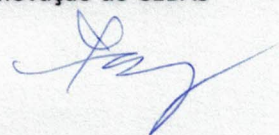
Em 26 de novembro de 2015 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SISPAR nº 25000.196436/2015-19, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19.

Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

*"Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores".*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2017 e 2016. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.



### 30. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2017 foi de R\$ 129.969.317,50 (em 2016 de R\$ 121.209.913,27) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2017	2016
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(129.039.277,99)	(120.451.680,73)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(930.039,51)	(758.232,54)
	<b>129.969.317,50</b>	<b>(121.209.913,27)</b>
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	129.039.277,99	120.451.680,73
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	930.039,51	758.232,54
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.



### 31. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2017, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)
- CSLL incidente sobre o superávit: 9%

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2017 foi de R\$ 23.557.458,07 (em 2016 R\$ 23.990.814,73), distribuída da seguinte forma:

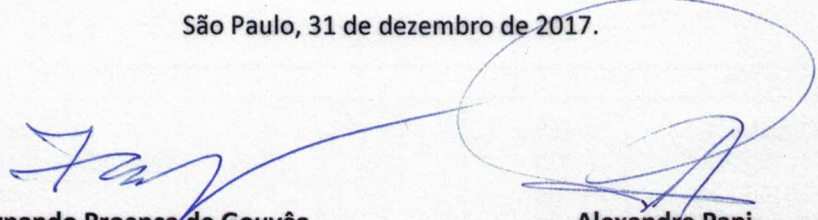
	2017	2016
<b>RENÚNCIA FISCAL</b>		
Cofins	23.192.145,02	22.338.107,97
CSLL	365.313,05	1.652.706,76
	<b>23.557.458,07</b>	<b>23.990.814,73</b>

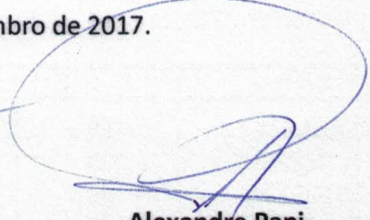
### 32. SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2017 foi de R\$ 4.059.033,89 e o Superávit do exercício de 2016 foi de R\$ 18.363.408,41, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

RESULTADO DO EXERCÍCIO DESMEMBRADO	IDENT. CNPJ	2017	2016
Matriz (Mantenedora)	0001	1.079.617,06	1.387.305,74
Organização Social – São Paulo	0002	2.869.221,65	13.096.850,66
Escola de Saúde	0003	(397.602,87)	(262.880,17)
Gestão Saúde – Embu das Artes	0004	(1.294.628,46)	1.535.647,26
Gestão Saúde – Taboão da Serra	0006	(14.233,09)	(15.752,00)
Organização Social – Hospital Municipal M'Boi Mirim	0008	(3.978.547,15)	663.575,04
Instituto de Responsabilidade Social	0009	(292.372,12)	(529.096,68)
Organização Social – Mogi das Cruzes	0010	2.653.809,04	(1.241.058,06)
Organização Social – Rio de Janeiro	0011	4.010.996,79	511.253,31
Organização Social – Arujá	0012	(2.433.606,96)	2.503.936,59
Centro de Diagnóstico por Imagem	0013	1.255.849,70	713.626,72
Organização Social – Poá	0014	600.530,30	-
		<b>4.059.033,89</b>	<b>18.363.408,41</b>

São Paulo, 31 de dezembro de 2017.

  
Dr. Fernando Proença de Gouvêa  
Superintendente

  
Alexandre Papi  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3